

Tendências no Setor de Energia Elétrica

Jerson Kelman¹

No Setor Elétrico, a estabilidade e a qualidade do marco regulatório diferenciam um ambiente amigável de um hostil a investimentos. No Brasil, ocorreram, nos últimos dez anos, muitas mudanças de leis, decretos e normativos da agência reguladora (ANEEL). Portanto, não se pode afirmar que o marco regulatório seja estável. Todavia, as mudanças têm sido realizadas no sentido de dar maior previsibilidade para as empresas do Setor e maior garantia quanto à disponibilidade de energia para os consumidores. Tanto na administração FHC quanto na de Lula, observa-se uma evolução contínua, sem retrocessos, em direção a um marco regulatório de boa qualidade.

Devo confessar que essa avaliação, embora sincera, é inescapavelmente tendenciosa: fui diretor-geral da ANEEL. Mas é a opinião de quem conhece em primeira mão que a competência técnica e a independência decisória da agência lhe asseguram a posição de entidade de Estado e não de Governo. O leitor talvez pergunte se há risco de retrocesso. Respondo que a probabilidade é bem pequena, embora, obviamente, o pior possa sempre ocorrer. E o “pior” nesse caso seria uma política baseada no populismo tarifário, como ocorre hoje na Argentina, onde há o descolamento entre tarifas e custos. Os ativos se “derretem”, há paralisação de investimentos, racionamentos energéticos e *blackouts* elétricos.

Movidos tanto por convicção ideológica - contra a privatização - quanto por conveniência fisiológica, há os que ambicionam o desmonte do marco regulatório, o que nos conduziria à reestatização do Setor ou a uma situação “argentina”. Foi nessa direção que atuou uma CPI instalada na Câmara dos Deputados até novembro de 2009. Porém notoriamente não teve sucesso e o marco regulatório emergiu fortalecido.

Hoje o investimento no Setor Elétrico, em empresas públicas ou privadas, é uma sábia opção para os que valorizam rendimentos sustentáveis em prazos medidos em anos, ou até em décadas. O que é bom para os empreendedores e, devido ao aumento da concorrência, também para os consumidores.

Mas, onde investir? Por falta de espaço, focarei apenas nos projetos *greenfield* do segmento de geração. Durante muitos anos, a construção de novas usinas hidroelétricas, pequenas ou grandes, era obstaculizada por restrições socioambientais. O que se nota recentemente é a crescente consciência de que o Brasil não deve desperdiçar o potencial hidráulico de nossos rios. Percebe-se cada vez mais que se a eletricidade não for obtida de uma fonte renovável, o será a partir da opção nuclear ou a partir de algum combustível fóssil, com efeito deletério sobre a mudança climática. A boa notícia é que uma “safra” de novas usinas, estudadas desde 2005 pela Empresa de Pesquisa Energética, está prestes a ser colocada à disposição dos empreendedores.

¹ Sócio da BR - Investimentos, presidente do Conselho das Indústrias Reguladas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, professor da COPPE-UFRJ, curador da Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável, ex-diretor presidente da Agência Nacional de Águas, ex-diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Outras fontes renováveis também podem e devem ser objeto da atenção dos investidores. A começar pela queima de bagaço de cana. Trata-se de alternativa altamente competitiva, mas que depende do mercado do etanol. No médio prazo, a perspectiva é promissora: parece improvável que o mundo desenvolvido persista ignorando a diminuição potencial do lançamento de gases que contribuem para o efeito estufa pela simples mistura do álcool à gasolina, como se faz no Brasil.

A energia eólica parecia condenada a permanecer num nicho isolado das demais fontes, sobrevivendo artificialmente, devido ao alto custo. Todavia, o leilão de energia realizado em dezembro de 2009 resultou em preços próximos aos observados de outras fontes. Prováveis avanços tecnológicos, decorrentes da opção dos países desenvolvidos por essa alternativa, deverão reforçar essa tendência.

A geração de energia elétrica a partir do lixo, tanto pela queima de metano que emana dos aterros sanitários quanto pela queima direta dos resíduos sólidos, é um interessante caminho para unir o útil ao agradável: é fonte energética confiável e acaba com os lixões.

A geração de eletricidade a partir de combustíveis fósseis não deve ser descartada porque não seria economicamente sensato manter uma matriz elétrica 100% renovável. Faz mais sentido manter uma pequena fração - digamos 20% - dependente de uma fonte confiável que não dependa da variabilidade da chuva e dos ventos. Para um país que tem o Pré-Sal, o gás natural parece ser a escolha óbvia. Todavia, para assegurar custos moderados, é preciso prevenir abuso de posição monopolista e que haja uso do gás alternativo à produção elétrica - por exemplo, veicular - que permita interrupção sempre que as termoelétricas tiverem que ser acionadas, por falta de água nos reservatórios ou por segurança elétrica.